



INFORMATIVO

AGOSTO | 2021

podemos

CÂMARA

**RODRIGO COELHO
É O PRIMEIRO
DEPUTADO
FEDERAL DO
PODEMOS EM
SANTA CATARINA**

Pág. 18

Deputado Federal
Rodrigo Coelho (SC)

**JOSÉ NELTO, VICE-LÍDER
DO PODEMOS NA CÂMARA,
DEFENDE CRIAÇÃO DA 'CPI
DOS COMBUSTÍVEIS'**

Pág. 9

**"QUEM VAI PAGAR A CONTA
SERÁ O POVO", DIZ BACELAR
DURANTE VOTAÇÃO DE
PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS**

Pág. 3



SUMÁRIO

3 “Quem vai pagar a conta será o povo”, diz Bacelar durante votação de privatização dos Correios

4 Diego Garcia apresenta projeto de lei que altera regras do Imposto de Renda para promover a valorização da família

6 Trabalho de Igor Timo ajuda solucionar problema da regularização fundiária do Norte de Minas, parada há mais de 10 anos

8 Medeiros destaca Congresso Nacional corajoso e focado em minimizar efeitos da pandemia

9 José Nelto, Vice-líder do Podemos na Câmara, defende criação da ‘CPI dos Combustíveis’

10 “Fortalecer os municípios é melhorar a condição de vida da população.”, afirma Deputado Josivaldo JP

12 Câmara aprova projeto que garante inscrição automática na Tarifa Social de Energia Elétrica às famílias inscritas no CadÚnico

14 Projeto de Renata que obriga banco a alertar clientes sobre fraudes é aprovado em comissão

16 Deputado Ricardo Teobaldo e Deputada Renata Abreu cumprem agenda no Recife

18 Rodrigo Coelho é o primeiro deputado federal do Podemos em Santa Catarina

20 Agenda ambiental brasileira precisa estar “acima de ideologias”, diz Roberto de Lucena



“ É A EMPRESA PÚBLICA QUE MAIS EMPREGA NO BRASIL, COM MAIS DE 100 MIL TRABALHADORES DIRETOS E 300 MIL INDIRETOS ”

“QUEM VAI PAGAR A CONTA SERÁ O POVO”, DIZ BACELAR DURANTE VOTAÇÃO DE PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS

O deputado federal Bacelar (Podemos-BA) criticou o projeto de privatização dos Correios, aprovado pela Câmara no dia 5 de agosto. O parlamentar votou contra o projeto elaborado pelo Ministério da Economia, que prevê a venda de 100% da estatal. Apenas 54% deputados baianos foram contrários ao projeto. “A privatização dos Correios é mais um passo do governo Bolsonaro no desmonte do estado nacional” afirmou.

Ao argumentar, Bacelar lembrou que, entre tantas atribuições, compete aos Correios a função de ser operador logístico de doações em caso de catástrofes, emissor de documentos, inclusão bancária, distribuição de vacinas, além de ser a única empresa que atende a todos os 5570 municípios brasileiros. O parlamentar ressaltou que o órgão tem autonomia orçamentária, ou seja, não precisa de dinheiro do contribuinte nem

do governo para operar. “É a empresa pública que mais emprega no Brasil, com mais de 100 mil trabalhadores diretos e 300 mil indiretos” completou.

Outra desvantagem apontada pelo podemista foi o preço de envio de encomendas. Segundo ele, com a privatização o serviço pode ficar mais caro, demorado e sem garantias de que chegará ao destino. “O valor pago em uma encomenda de 5kg de São Paulo para o Rio de Janeiro, por exemplo, pode passar de R\$ 50 para R\$ 170. Ou seja, triplicar. Mais uma vez quem pagará a conta será o povo brasileiro” criticou.

Após a votação do texto-base, os deputados rejeitaram todos os destaques, ou seja, as propostas de modificação na redação. Agora, o PL segue para o Senado.

DIEGO GARCIA APRESENTA PROJETO DE LEI QUE ALTERA REGRAS DO IMPOSTO DE RENDA PARA PROMOVER A VALORIZAÇÃO DA FAMÍLIA

“É FUNDAMENTAL LEVARMOS EM CONTA O CONTEXTO FAMILIAR DO INDIVÍDUO NA DEFINIÇÃO DAS ALÍQUOTAS DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE PESSOA FÍSICA. ”

O deputado federal Diego Garcia (Podemos-PR), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, em consonância com a necessidade da Reforma Tributária, apresentou um projeto de lei (PL 153/2021) que tem o objetivo de garantir o atendimento constitucional da especial proteção do Estado à família (art. 226, CF). A proposta reconfigura as regras de apuração do imposto de renda das pessoas físicas (IRPF), de modo a garantir maior justiça tributária em função da capacidade contributiva da família.

Diego Garcia argumenta que a legislação tributária infraconstitucional não tem garantido uma satisfatória proteção à família. “Por exemplo, no imposto de renda, não há regras específicas nem regimes especiais que tornem a tributação familiar aderente aos princípios da capacidade contributiva, isonomia e progressividade tributária”, explica.



O PL propõe a adoção da técnica do splitting familiar, a ser aplicada na base de cálculo do IRPF. Isso significa que o regramento do imposto de renda das pessoas físicas deverá contemplar um sistema de divisão da renda familiar, somando os rendimentos tributáveis e dividindo-os por um fator que leve em conta a capacidade contributiva da família em função dos dependentes. “É fundamental levarmos em conta o contexto familiar do indivíduo na definição das alíquotas do Imposto de Renda sobre Pessoa Física”, afirma.

Na prática, o cálculo se daria da seguinte forma: para definir as alíquotas incidentes sobre a renda de trabalho, será feita a soma de todas as rendas tributáveis dos membros da família e depois esta será dividida por um coeficiente familiar. E esse coeficiente familiar será definido pelos seguintes fatores, podendo ser cumulativos:

- 1,00 para cada responsável por dependente;
- 1,00 para ascendentes (desde que não auferam rendimentos superiores ao limite de isenção);
- 1,00 para solteiros, divorciados ou viúvos sem filhos;
- 2,00 quando se tratar de casal sem filhos;
- 0,50 para cada um dos dois primeiros filhos dependentes;
- 1,00 para cada filho dependente, a partir do terceiro;
- 1,50 para dependentes com doenças raras, moléstias graves, deficiências ou invalidez;
- 0,25 a ser adicionado para cada progenitor divorciado, com guarda compartilhada, por filho dependente.

Diego Garcia afirma que usou como inspiração o modelo tributário francês, que sugere a expectativa de aumento da progressividade tributária, beneficiando sobremaneira famílias com filhos, na medida que contribuem mais para o desenvolvimento da sociedade e que também precisam de mais proteção.

TRABALHO DE IGOR TIMO AJUDA SOLUCIONAR PROBLEMA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO NORTE DE MINAS, PARADA HÁ MAIS DE 10 ANOS

O deputado federal Igor Timo (MG), líder do Podemos na Câmara e presidente Estadual do partido em Minas Gerais, se destaca pela atuação exemplar que vem conseguindo com trabalho e seriedade, desde o início do mandato, principalmente este ano, ao ser relator de vários projetos importantes para o Brasil vencer a pandemia.

E essa trajetória de sucesso continua, tanto que, no mês de julho, o Ministério Público de Minas Gerais e o Governo Estadual atenderam a solicitação do parlamentar para resolver de vez a questão sobre a retomada da Regularização Fundiária das cidades do Norte de Minas: Salinas, Santa Cruz de Salinas, Padre Carvalho, Fruta de Leite, Rubelita, São João do Paraíso, Ninheira, Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo, Indaiabira e Santo Antônio do Retiro.

No último dia 3 de julho, as instituições assinaram o Termo e Ajustamento de Conduta, acordo que



coloca um fim ao impasse da “Operação Grilo” desencadeada desde 2011 e marcada por diversos conflitos na região. O acordo visa assegurar os direitos de centenas de famílias rurais que necessitam regularizar suas propriedades para plantio e cultivo da terra. Por meio do termo, serão retomados os procedimentos para a regularização fundiária, suspensa há mais de 10 anos por uma Ação Civil Pública.

Para Igor Timo, esse acordo é resultado de um trabalho conjunto entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, que não mediram esforços para resolver pacificamente essa situação que tanto prejudicou o Norte Mineiro.

“Agradeço ao procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares, ao governo do Estado, Romeu Zema, por terem atendido essa pauta tão importante que apresentei a eles, pois sabemos que a partir de agora, com a retomada da regularização, vamos conseguir levar mais investimentos para o Norte de

Minas, atender às diversas demandas das famílias que sobrevivem nas terras que serão regularizadas. Assim vamos garantir o desenvolvimento social, humano e econômico de uma região muito sofrida e carente”, explicou Igor Timo.

“ COM A RETOMADA DA REGULARIZAÇÃO, VAMOS CONSEGUIR LEVAR MAIS INVESTIMENTOS PARA O NORTE DE MINAS, ATENDER ÀS DIVERSAS DEMANDAS DAS FAMÍLIAS QUE SOBREVIVEM NAS TERRAS QUE SERÃO REGULARIZADAS. ASSIM, VAMOS GARANTIR O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, HUMANO E ECONÔMICO DE UMA REGIÃO MUITO SOFRIDA E CARENTE. ”

MEDEIROS DESTACA CONGRESSO NACIONAL CORAJOSO E FOCADO EM MINIMIZAR EFEITOS DA PANDEMIA

“É HORA DE TER CORAGEM E FAZER O QUE É PRECISO. NOSSO PARTIDO TEM ESSA MARCA DE NÃO SE ESCONDER NA TRINCHEIRA, NÓS MOSTRAMOS A CARA E NOS POSICIONAMOS. O BRASIL PASSA POR UM MOMENTO DE EFERVESCÊNCIA POLÍTICA, ONDE A VERDADE DE MUITA COISA É DISTORCIDA, E NÃO DÁ PARA IMAGINAR O PODEMOS EM OUTRO LUGAR QUE NÃO SEJA NA DEFESA INTRANSIGENTE DA VERDADE”

O deputado federal, José Medeiros (Podemos-MT), enfatizou, em avaliação sobre a produção legislativa do Congresso Nacional, em 2021, o compromisso dos 513 parlamentares da Câmara Federal em seguirem focados na minimização dos efeitos da pandemia na população brasileira, sobretudo da classe média e baixa que mais sofrem com a crise econômica resultante do período atípico.

Sobre as principais matérias aprovadas e discutidas no primeiro semestre, o parlamentar evidenciou pontos que garantiram a continuidade de programas de socorro a pequenas e micro empresas, responsáveis pela majoritária faixa de geração de empregos no Brasil. “O Pronampe, por exemplo, é tão importante quanto a questão do auxílio emergencial. O auxílio emergencial supre a emergência de comprar a comida na hora, mas o Pronampe salva as empresas e mantém os empregos. É garantir que esse pilar não se corrompa”, ressaltou Medeiros.

Para o segundo semestre, Medeiros projeta um Congresso focado e corajoso em tocar em questões sensíveis da sociedade, sem fugir de sua

responsabilidade. “Começamos a discussão da reforma tributária, discutimos questões ambientais e de independência financeira e autonomia indígena, discutimos voto impresso, mas estamos focados principalmente em projetos da pandemia. Embora seja o maior norte, tenho certeza que vamos deliberar sobre temas cruciais que há tempos vêm sendo postergados, mas chegou a hora de resolver”, declarou.

Em relação ao papel do PODEMOS nesta cena histórica, o deputado afirma que o partido, novamente, ficará marcado dentro de um posicionamento realista e de diálogo franco com a sociedade, abominando, como de costume, o discurso fácil. “Como eu disse, é hora de ter coragem e fazer o que é preciso. Nosso partido tem essa marca de não se esconder na trincheira, nós mostramos a cara e nos posicionamos. O Brasil passa por um momento de efervescência política, onde a verdade de muita coisa é distorcida, e não dá para imaginar o PODEMOS em outro lugar que não seja na defesa intransigente da verdade”, finaliza o deputado.



VICE-LÍDER DO PODEMOS NA CÂMARA DEFENDE CRIAÇÃO DA ‘CPI DOS COMBUSTÍVEIS’

“O BRASILEIRO JÁ ENFRENTA UMA GRANDE CRISE ECONÔMICA POR CAUSA DA PANDEMIA. ACRESCENTAR AINDA MAIS ESSA CARGA FINANCEIRA A ESSE MOMENTO DIFÍCIL, ALÉM DE INJUSTO, É POTENCIALMENTE CRIMINOSO. PRECISAMOS APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DESSES AUMENTOS”

Os constantes aumentos nos preços da gasolina e óleo diesel levaram o vice-líder do Podemos na Câmara, deputado federal José Nelto (GO), a iniciar a coleta de assinaturas para a criação da ‘CPI dos Combustíveis’. O objetivo será a investigação da política de reajustes desses produtos no Brasil.

No documento de proposição da CPI, José Nelto argumenta que, somente neste ano, a gasolina e o diesel sofreram 6 reajustes e o valor do litro da gasolina subiu 50% (cinquenta por cento). Esses são motivos para que o parlamento entenda os reais motivos dos ajustes e defenda milhares de brasileiros de qualquer cobrança abusiva.

“O brasileiro já enfrenta uma grande crise econômica por causa da pandemia. Acrescentar ainda mais essa carga financeira a esse momento difícil, além de injusto, é potencialmente criminoso. Precisamos apurar as circunstâncias desses aumentos”, justifica o deputado.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), os consumidores dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Tocantins e Acre já pagam no litro da gasolina mais de R\$ 7.

Segundo o parlamentar, a Petrobras sustenta que os preços são baseados no valor do produto no mercado internacional e na taxa de câmbio. Para o deputado, a justificativa precisa ser esclarecida já que todos os reajustes impactam na renda e no dia a dia de milhares de cidadãos.

“Sempre que há ajustamento do preço, com aumento do valor do combustível, a mudança é sentida por toda a população brasileira. São vários produtos e serviços que são afetados com o reajuste, sendo os principais, os trabalhos com transporte e a cesta básica. Todos acabam pagando a conta não apenas nas bombas, mas também com o aumento de alimentos e até do gás de cozinha. Portanto, essa série de aumentos no curto espaço de tempo pode provocar um verdadeiro colapso em nosso país, como já vivenciamos anteriormente com a grave crise provocada pela greve dos caminhoneiros, em 2018”, acrescenta José Nelto.

O requerimento que cria a ‘CPI dos Combustíveis’ precisa receber o apoio de 171 parlamentares para que os trabalhos iniciem.

“FORTALECER OS MUNICÍPIOS É MELHORAR A CONDIÇÃO DE VIDA DA POPULAÇÃO”, AFIRMA DEPUTADO JOSIVALDO JP

“ JÁ DESTINEI MAIS DE 30 MILHÕES PARA AS NOSSAS CIDADES. 98% DELAS FICAM NA REGIÃO SUL DO ESTADO. SÃO RECURSOS QUE VÃO AO ENCONTRO DO QUE A POPULAÇÃO TEM SOLICITADO, PRINCIPALMENTE NA ÁREA DA SAÚDE E PARA MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA URBANA ”

Conforme a máxima que diz “o povo vive nos municípios”, o deputado federal Josivaldo JP (Podemos-MA) tem se dedicado ao fortalecimento das cidades do seu estado, principalmente na região sul do Maranhão.

Aproveitando o período de recesso das atividades no Congresso Nacional, o deputado federal Josivaldo JP cumpriu uma extensa agenda de viagens pelo interior do Maranhão. Em duas semanas o deputado visitou 28 municípios. Em seguida, em novo roteiro de viagens, passou por outros 6 municípios.

Nessas viagens o deputado maranhense prestou contas do seu mandato, por meio de uma publicação em que registrou suas atividades nos primeiros 6 meses de 2021, e entregou uma representação simbólica de emendas destinadas a essas cidades. Essa rotina já foi realizada, no total, em 42 das 50 cidades que compõem a região sul do Maranhão.



“Fortalecer os municípios é melhorar a condição de vida da população. Um dos instrumentos que nós, parlamentares, dispomos para ajudar os municípios é o envio de recursos por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse aspecto, neste primeiro ano de mandato, já destinei mais de 30 milhões para as nossas cidades. 98% delas ficam na região sul do estado. São recursos que vão ao encontro do que a população tem solicitado, principalmente na área da saúde e para melhorias na infraestrutura urbana”, informa o deputado JP.

Josivaldo JP tem procurado atender demandas que chegam às suas mãos por meio de prefeitos, secretários, vereadores e líderes comunitários. No entendimento do parlamentar maranhense, os líderes locais, estando ou não exercendo cargos na administração municipal, vivem o dia a dia da população muito de perto, portanto, fazem gestões com profundo conhecimento das necessidades mais urgentes. “Como o cobertor é curto, é preciso priorizar as demandas dentro do possível, e desta forma conseguimos, neste primeiro ano de mandato, atender todas as 50 cidades da

nossa região, que estava há mais de 10 anos sem um representante no Congresso Nacional que batalhasse por ela”, explica JP.

Fiel à máxima de que é preciso a união de todos os agentes públicos para efetivamente ser possível realizar melhorias para a população, o deputado Josivaldo JP elegeu as Câmaras Municipais como local ideal para os anúncios de recursos.

“Independente de partidos, de apoios que mirem o processo eleitoral, nós precisamos nos dar as mãos, somar, nunca dividir, para atendermos melhor os nossos cidadãos, que são os eleitores que confiam em nós. E tudo que fazemos na vida pública tem de ser com transparência, e não tem lugar melhor para isso que a Câmara de Vereadores, que é a casa dos representantes mais próximos do povo. E quero dizer que nossa região é uma família, toda a população é a nossa gente. Sou mais um soldado para ajudar os municípios. Estou aqui para somar. O que eu puder fazer por nossas cidades eu farei, por isso afirmo, contem comigo”, garante o deputado federal Josivaldo JP.

CÂMARA APROVA PROJETO QUE GARANTE INSCRIÇÃO AUTOMÁTICA NA TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO

A proposta que simplifica a inscrição de famílias que integram o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) na Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) foi aprovada na Câmara dos Deputados. O relator, deputado federal Léo Moraes (Podemos-RO), acatou parte das alterações feitas por meio de substitutivo no Senado Federal. O projeto de lei segue para sanção presidencial.

“É um dos projetos mais importantes deste ano. Vai atender milhões de pessoas quando a inflação galopa e falta comida”, afirma Léo Moraes.

No texto protocolado, Léo Moraes observa que o art. 3º da Lei nº 12.212, de 2010, já prevê medidas para que os moradores dos empreendimentos habitacionais de interesse social tenham pleno acesso à TSEE, desde que atendam aos critérios gerais de enquadramento no programa.

O substitutivo relatado por Léo Moraes e aprovado anteriormente na Câmara dos Deputados criava a obrigatoriedade da inscrição na tarifa social de energia de todos os beneficiários dos programas sociais.



Das modificações aprovadas no Senado, a que estabelece o prazo de 120 dias após a data da publicação da lei para que a inscrição automática na TSEE aconteça foi acatada pelo relator.

“A mudança no texto possibilitará que os agentes envolvidos disponham de tempo suficiente para promover a implementação das medidas decorrentes da mudança na legislação”, avalia Léo Moraes.

Criado em 2002, o programa Tarifa Social de Energia Elétrica concede desconto na conta de luz de famílias com baixa renda. Os descontos variam de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo de energia de cada família beneficiada.

Antes do início da pandemia, o Cadastro Único registrava aproximadamente 28,9 milhões de famílias que representavam mais de 76,4 milhões de pessoas.

Outra alteração feita no Senado emantida no relatório atribui ao Poder Executivo e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de

distribuição de energia elétrica a responsabilidade sobre a compatibilização e atualização da relação de cadastrados que atendam aos critérios fixados para efetivar a inscrição automática de beneficiários à TSEE.

Atualmente, a lei já prevê que as famílias inscritas no CadÚnico sejam informadas pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas sobre direito à tarifa social, mas não prevê a inscrição automática e obrigatória para recebimento do benefício, o que acaba por excluir milhares de famílias que necessitam acessar o benefício.

“ É UM DOS PROJETOS MAIS IMPORTANTES DESTES ANOS. VAI ATENDER MILHÕES DE PESSOAS QUANDO A INFLAÇÃO GALOPA E FALTA COMIDA ”

PROJETO DE RENATA QUE OBRIGA BANCO A ALERTAR CLIENTES SOBRE FRAUDES É APROVADO EM COMISSÃO

Projeto de Lei 145/19, de autoria da deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP), foi aprovado em mais uma comissão na Câmara. A proposta obriga bancos, financeiras, casas de câmbio e seguradoras a alertarem seus clientes sobre os tipos de fraude mais frequentes relacionados às suas operações.

“ ENTENDEMOS QUE A
INFORMAÇÃO PRESTADA
PELOS BANCOS E
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
É A MELHOR FORMA DE
EVITAR PROBLEMAS AO
CONSUMIDOR. ”



Amatéria, que já havia sido aprovada por unanimidade pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), acaba de receber o carimbo de ‘aprovada’ também pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

“As vítimas se multiplicam e os tipos de golpes também. Não importa se o escolhido é escolarizado ou possui pouca instrução. Partem de vários lados as denúncias de pessoas que se deixam levar e caem nas ações fraudulentas de golpistas”, explica a parlamentar, fazendo questão de ressaltar que seu projeto não tem como foco a reparação, que já tem assento firme no ordenamento jurídico brasileiro, e sim a prevenção de fraudes.

“A Justiça já reconhece a responsabilidade do fornecedor do produto ou serviço financeiro a indenizar o consumidor lesado, independentemente da existência de culpa, por informações insuficientes ou inadequadas sobre a sua fruição e riscos. Mas entendemos que a informação prestada pelos bancos e instituições financeiras é a melhor forma de evitar problemas ao consumidor.”

O PL 145/19 propõe que se acrescente o art. 52-A à Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para obrigar bancos e instituições financeiras a alertarem o consumidor sobre os tipos de fraudes mais frequentes contra os correntistas. O alerta deve conter informação sobre como o correntista poderá se prevenir e o que deverá fazer caso seja vítima de fraude.

“A economia como um todo também se beneficia desta proposição, uma vez que a utilização do sistema financeiro é instrumento relevante para o aumento da produtividade. Assim, tanto maior será o engajamento das pessoas em aderir às novas tecnologias bancária, creditícia, e securitária quanto maior for a percepção de solidez do modelo.”, declarou o deputado Luís Miranda, relator do projeto com parecer favorável à aprovação.

O projeto agora será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCCJ) e depois seguirá para votação em plenário.



PRESIDENTE NACIONAL DO PODEMOS, DEPUTADA RENATA ABREU CUMPRE AGENDA NO RECIFE



“ VAMOS ELEGER 5 DEPUTADOS ESTADUAIS E 3 FEDERAIS ”

A deputada federal, e presidente nacional do Podemos, Renata Abreu cumpriu extensa agenda no Recife. Ela foi recepcionada pelo presidente da sigla no estado, o deputado federal Ricardo Teobaldo. A parlamentar conversou com a imprensa, com lideranças e realizou diversas reuniões de olho nas eleições 2022. Ela também empossou os presidentes dos segmentos da Mulher e Juventude no estado.

A deputada Renata Abreu destacou a importância desse diálogo com os estados. “Aqui em Pernambuco o partido tem crescido sob o comando do deputado Ricardo Teobaldo. Hoje estamos dialogando sobre a reforma eleitoral, as eleições e dando posse aos segmentos da Mulher e Juventude do Podemos.

Assim vamos ampliando ainda mais a participação da sociedade na política”, frisou.

O deputado Ricardo Teobaldo avaliou positivamente a agenda. “A presença de Renata aqui é muito importante. Ela chega para acompanhar as articulações que estamos fazendo para o próximo pleito. Vamos eleger 5 deputados estaduais e 3 federais”, destacou.

SETORIAIS – Durante a manhã foram empossados os presidentes do Podemos Mulher e Podemos Jovem. A jornalista Sáva Florêncio assume o comando do setorial feminino. Na juventude o professor Flávio Vasconcelos será o presidente.



RODRIGO COELHO É O PRIMEIRO DEPUTADO FEDERAL DO PODEMOS EM SANTA CATARINA

“TENHO IDENTIFICAÇÃO COM O
PODEMOS, TEMOS BASTANTE PAUTAS
EM COMUM E SINTO QUE PODEREI
SEGUIR AGINDO DE ACORDO COM
MINHA CONSCIÊNCIA E NO RESGATE
DO PROTAGONISMO DE MEU ESTADO”



O deputado federal Rodrigo Coelho (SC) assinou filiação ao Podemos e se torna, assim, o primeiro parlamentar catarinense pelo partido com cadeira na Câmara dos Deputados. Pautado por compromissos que vão ao encontro das pautas do partido, Coelho é defensor do combate à corrupção, da prisão em segunda instância e do fim dos privilégios e do foro privilegiado. Também é favorável à agenda de privatizações, para reduzir o tamanho do Estado.

É conhecido pela posição independente e encontrou no Podemos um espaço aberto para expressar suas opiniões. “A minha missão política não mudará. Vou continuar com os mesmos princípios que me levaram à vida pública e se mantém fortes comigo. O que vai mudar, a partir de agora, é o espaço que terei para colocar minhas decisões. Tenho identificação com o Podemos, temos bastante pautas em comum e sinto que poderei seguir agindo de acordo com

minha consciência e no resgate do protagonismo de meu Estado”, afirma o catarinense.

Formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Rodrigo Coelho é Advogado Previdenciário. Entrou na política em 2012, quando foi eleito Vice-Prefeito de Joinville e, no ano seguinte, acumulou a Presidência da Fundação Cultural da cidade. Em 2016, ganhou a disputa para Vereador, tendo o mandato marcado pela transparência das ações e zelo com o dinheiro público. Em 2019, chegou à Câmara dos Deputados renunciando a direitos como a aposentadoria especial e doando o auxílio-mudança e o auxílio-moradia recebidos para entidades filantrópicas. Teve atuação importante na Reforma da Previdência, com a aprovação de 5 emendas ao texto final. Membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, tem como grandes bandeiras a inovação, o incentivo às PPPs e a defesa da educação.



**“ O BRASIL
NÃO PODE
IDEOLOGIZAR
A AGENDA
CLIMÁTICA E
AMBIENTAL ”**

AGENDA AMBIENTAL BRASILEIRA PRECISA ESTAR “ACIMA DE IDEOLOGIAS”, DIZ ROBERTO DE LUCENA

O deputado Roberto de Lucena (Podemos-SP) afirmou que o Brasil “não pode ideologizar a agenda climática e ambiental”. Para o parlamentar, “o país precisa estar acima da ideologia e questões partidárias” e assumir a liderança e protagonismo do debate relacionado ao meio ambiente.

A fala do parlamentar vai ao encontro às informações divulgadas por pesquisas globais acerca das mudanças climáticas no Brasil e no mundo. A influência humana tem provocado mudanças climáticas amplas e rápidas que aqueceram o clima em um ritmo sem precedentes nos últimos 2000 anos.

Em 2019, as concentrações atmosféricas de CO₂ foram mais altas do que em qualquer momento em

pelo menos 2 milhões de anos e as concentrações de metano e óxido nitroso, ambos significativos GEE, foram mais altas do que em qualquer momento em pelo menos 800 mil anos.

“Interessa e importa ao Brasil, pensando no futuro, que nós possamos assumir uma nova postura levando muito a sério a pauta ambiental e tratando com muita responsabilidade as questões climáticas. Não é possível que continuemos a desmatar o equivalente a um estado do Ceará todos os anos e que a Amazônia não seja tratada de forma mais responsável. Ela é um fator de equilíbrio ambiental e climático. É completamente insano achar que as demais regiões do país não serão afetadas com seu desequilíbrio”, enfatizou.

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
deputado federal Igor Timo (MG)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Revisão Geral: Gabrielle Fernandes

Colaboradores: Danielle Soares, Danilo Oliveira, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Marília Jardim, Deborah Senna, Regina Lacerda, Maura Mosquera, Samuel Sudré, Saulo Rolim, Yasmin Alencar, Lucyenne Landim, Thiago Bastos, Rafaella Panceri, Fabrício Carbonel, Sérgio Lima, Josué Cidade, Robert Alves.



JUNTOS
PODEMOS

f /podemos19

www.podemos.org.br

 **podemos**
CÂMARA